



UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

| LRF, art. 48 - Anexo VII | DESPESA COM PESSOAL | VALOR | RS 1,00 % SOBRE A RCL |
|--|---------------------|------------------|--------------------------|
| Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP | | 575.671.721,59 | 0,089727% |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | | 1.435.909.746,92 | 0,223809% |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) | | 1.364.114.259,58 | 0,212619% |
| Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) | | 1.292.318.772,23 | 0,201428% |

| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|----------------|--|--|
| Valor Total | 80.447.146,91 | 139.090.503,00 |

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Observação: Demonstrativo elaborado conforme Ofício Circular nº 1/2014/SUCON/STN/MF-DF

MIGUEL AUGUSTO FONSECA DE CAMPOS
Diretor-Geral

SERGIO JOSÉ AMÉRICO PEDREIRA
Secretário de Administração

DIOCÉLIO SANT'ANNA DA SILVA
Secretário de Controle Interno
Substituto

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO NORMATIVO Nº 125, DE 28 DE JANEIRO DE 2015

Aprova o relatório definido na Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providências.

O MINISTRO VICE-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, inciso I, c/c o artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União para o período de janeiro a dezembro de 2014.

Art. 2º Determinar a sua publicação conforme prevê o artigo 55 da Lei Complementar nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, de 04 de maio de 2000, observadas as prescrições da Portaria nº 33/STN/MF, de 19 de janeiro de 2015 e a Decisão nº 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28 de agosto de 2002, conforme quadros anexo.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gen Ex FERNANDO SÉRGIO GALVÃO

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN/2014 A DEZ/2014

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) | | |
|---|--|--|--------------------------|
| | LÍQUIDAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) | TOTAL (c) = (a) + (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 337.399.479,29 | 0,00 | 337.399.479,29 |
| Pessoal Ativo | 169.011.107,87 | | 169.011.107,87 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 168.388.371,42 | | 168.388.371,42 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 165.125.234,21 | 0,00 | 165.125.234,21 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 13.315,59 | 0,00 | 13.315,59 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 11.960.857,52 | 0,00 | 11.960.857,52 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 153.151.061,10 | 0,00 | 153.151.061,10 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 172.274.245,08 | 0,00 | 172.274.245,08 |

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

| | | | |
|---|-----------|-----------|--------------------|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | 641.578.197.000,00 |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100 | 0,026852% | 0,000000% | 0,026852% |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < % > | 0,080576% | | 516.958.048,01 |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - < % > | 0,076547% | | 491.110.145,61 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - < % > | 0,072518% | | 465.262.243,21 |

FONTE: SIAFI/2014

Notas: 1) Durante o exercício, somente as despesas líquidas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não líquidas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas líquidas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não líquidas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas líquidas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.
- Limite Legal da JMU = 0,076547% e Limite Prudencial da JMU = 0,076547% conforme Resolução CNJ nº 177/2013.
- Do valor de R\$14.312.956,34 relativos a Despesas de Exercícios Anteriores apurados no período, R\$1.900.679,15 se referem a despesas com Inativos e Pensionistas que foram pagos com recursos vinculados à fonte 156; portanto integram a linha de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados;
- Do valor de R\$94.810,08 relativos a Despesas decorrentes de Decisão Judicial apurados no período, R\$81.494,49 se referem a despesas com Inativos e Pensionistas que foram pagos com recursos vinculados às fontes 156 e 169; portanto integram a linha de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.



| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR | % SOBRE A RCL |
|--|--|--|
| Operações de Crédito Internas e Externas Operações de Crédito por Antecipação da Receita Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita | | |
| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
| Valor Total | 16.446.003,32 | 25.951.095,97 |

FONTE: SIAFI 2014/ CELULAS

NOTA

1) Limite Legal da JMU = 0,080576% e 0,076547% de limite prudencial conforme Resolução CNJ nº 177/2013.

Gen Ex FERNANDO SÉRGIO GALVÃO
Ministro Vice-PresidenteJOSÉ CARLOS SANTOS
Diretor-GeralIVO ROMERO DA SILVA
Secretário de Planejamento
Em exercícioOSCAR HENRIQUE GRAULT VIANNA DE LIMA
Secretário de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

PORTARIA Nº 33, DE 28 DE JANEIRO DE 2015

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região, referente ao 3º quadrimestre de 2014, na forma dos anexos, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, conforme previsto no art. 55, § 2º, da referida lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO SCHWAITZER

ANEXOS

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2014

RGF - ANEXO I (LRF art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL

| | R\$ 1,00 | | |
|---|--|--|--------------------------|
| | DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) | | |
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) | TOTAL (c) = (a) + (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 1.145.408.484,21 | 19.240.124,33 | 1.164.648.608,54 |
| Pessoal Ativo | 965.143.114,35 | 12.357.833,95 | 977.500.948,30 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 180.265.369,86 | 6.882.290,38 | 187.147.660,24 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 178.936.809,95 | 14.565.319,48 | 193.502.129,43 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 354.791,64 | 0,00 | 354.791,64 |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 5.607.817,07 | 0,00 | 5.607.817,07 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 9.074.201,24 | 14.565.319,48 | 23.639.520,72 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 163.900.000,00 | 0,00 | 163.900.000,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 966.471.674,26 | 4.674.804,85 | 971.146.479,11 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 641.578.197.000,00 | | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100 | 0,150640% | 0,000729% | 0,151368% |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%> | 0,256773% | 1,647.399.583,78 | |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> | 0,243934% | 1.565.029.604,59 | |
| LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%> | 0,231096% | 1.482.659.625,40 | |

FONTE: SIAFI Gerencial

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

MARIA DE FÁTIMA GONÇALVES LESSA
Diretora da Secretaria de Controle InternoMARIA LÚCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e FinançasROQUE BONFANTE DE ALMEIDA
Diretor da Secretaria GeralEste documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012015012900133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.